

A FABRICAÇÃO DAS IDENTIDADES DOCENTES: A POTENCIALIDADE DE ALGUNS CONCEITOS FOUCAULTIANOS PARA A ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DO TEMA

ANDRÉ QUANDT KLUG¹; ALVARO MOREIRA HYPOLITO²

¹*Universidade Federal de pelotas (UFPel – andreqklug@gmail.com¹*

²*Universidade Federal de pelotas (UFPel) – hypolito@ufpel.edu.br²*

1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta parcialmente um projeto de pesquisa em nível de doutorado realizada junto ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPel). Esboça como objetivo principal para este trabalho a discussão de alguns conceitos oriundos das obras de Michel Foucault, a saber, poder, discurso, enunciado e subjetivação, articulando-os com o desenvolvimento teórico da pesquisa, tendo em vista as potencialidades da obra foucaultiana para a construção e análise do objeto pesquisado.

A temática sobre a qual se desdobra a referida pesquisa, a saber, “a fabricação das identidades de professores/as de Geografia” é discutida a partir do contexto no qual se inserem as discussões acerca da formação inicial de professores, no qual adquire grande importância o cenário de modificação e proposição de políticas para formação docente, bem como, a constante influência da lógica neoliberal introduzida no campo educacional a partir, especialmente, da década de 1990, o que tem reconfigurado constantemente o referido campo de estudos e a proposição de políticas educacionais voltadas para a formação docente.

Neste sentido, justifica-se a importância de estudos que busquem relacionar a dimensão das políticas educacionais para com resultados e efeitos destas políticas nos processos formativos do futuro docente, a partir do que se estabelece a interrogação fundamental do trabalho, a saber, de que forma os discursos presentes nas políticas educacionais, que são recontextualizadas na formação inicial de professores/as e nos espaços de formação, influenciam na fabricação das identidades de acadêmicos da disciplina de Geografia?

Destaca-se inicialmente alguns dos autores que subsidiam teoricamente a realização do estudo proposto, a partir de uma perspectiva pós-crítica no campo da Educação, especialmente aqueles vinculados ao campo de estudos do currículo e das políticas educacionais, dentre os quais, cabe destacar brevemente, FOUCAULT (2014; 1999), BALL (1993, 1998, 2012, 2014 e 2016), LAVAL (2004), assim como, no Brasil, SILVA (1999), HYPOLITO (2005), VIEIRA (2005), GARCIA (2005, 2010), MAINARDES (2006, 2009).

2. METODOLOGIA

O trabalho apresenta-se em uma etapa de desenvolvimento teórico que é pertinente a toda e qualquer pesquisa científica, assim, metodologicamente tal etapa pode ser descrita como revisão de literatura em que se busca, no campo de estudos propostos, conceitos e autores que permitam o desenvolvimento e construção do objeto pesquisado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tratarmos do tema das políticas educacionais estamos tratando de um conjunto de discursos que estabelecem e sustentam determinadas visões acerca dos diferentes contextos educacionais. O discurso possibilita então “criar uma atmosfera” propícia para a produção de políticas que muitas vezes são contraditórias e que refletem a incoerência entre as necessidades da realidade social e as necessidades construídas, a partir de diferentes discursos acerca desta realidade.

Neste sentido, ao analisar o discurso expresso no âmbito da política educacional, devemos buscar compreender o conjunto de relações que permitem a emergência daquilo que a política está dizendo e fazendo. Não se trata de buscar um ponto de origem para as propostas da política, mas sim compreender como estas propostas se relacionam com o contexto no qual elas surgem.

FOUCAULT, de forma assertiva sentencia: “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo da sua instância” (2014, p. 31), isso significa romper com a linearidade histórica que muitas vezes caracteriza a análise em políticas educacionais, em que são descritos por periodicidade histórica e sequencial os documentos e normas que caracterizam o corpus de análise dos estudos neste campo.

O que nos propõe Foucault, por sua vez, é observarmos não a sequência com que as políticas e programas são propostos, mas sim, as condições que permitem que singularmente determinada política possa emergir ao ser constituída naquele momento histórico específico.

Tal singularidade é descrita pelo autor quando retoma a ideia do discurso, diz ele, “a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (2014, p. 33). O autor, assim, desloca a nossa atenção para a condição de emergência dos enunciados que constituem o discurso, buscando a correlação de forças e jogos de poder que permitem sua emergência em contextos sempre específicos.

Para FOUCAULT (2014), o discurso não pode ser interrogado apenas quanto aos aspectos de quem o emite, o sujeito falante, o que remeteria a uma origem, ou apenas a uma instância apriorística de conhecimento, mas que seja interrogado no próprio discurso sobre as regras de sua formação.

A política educacional passa a criar condições e a propor definição de papéis e identidades no discurso educacional. Isto é um efeito de poder. O discurso constrói o objeto, modifica-o, se impõe, o transforma.

Para o autor, o poder “deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona, o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Neste sentido, os indivíduos são fundamentais para compreender as complexas relações que envolvem a questão do poder. Para FOUCAULT, “O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui” (1999, p. 35).

A política educacional estabelece aquilo que o autor denominava de ‘tecnologias de governo’, ou seja, mecanismos pelos quais se pode conduzir a

conduta dos indivíduos, estabelecendo um determinado campo de ação, legitimando o que é válido e o que não é.

Ao transitar entre os indivíduos o poder cria atmosfera propícia para determinadas ações, para formas de pensamento e ação, legitima verdades e estabelece o que pode e o que não pode ser dito ou feito.

4. CONCLUSÕES

A partir do que já foi realizado até o momento, bem como, das discussões que têm sido realizadas em torno do tema e do aprofundamento teórico acerca dos conceitos centrais do trabalho, é possível afirmar que nas relações de poder que perpassam os diferentes sujeitos a política atua, produz, conforma o sujeito, a partir de um processo de identificação e diferenciação do indivíduo em um mecanismo complexo de produção da sua própria identidade.

Nesse sentido, a política educacional também transita, circula, cria condições de pensamento e ação, hierarquiza vozes e saberes, dispersa-se e irradia-se, é um mecanismo de poder que conquista e se dispersa pelos indivíduos, controla a ação, cria determinadas condições de ação, produz subjetividades, mais ou menos em acordo com as proposições e finalidades da própria política.

Assim, cabe também ressaltar que o referencial teórico pautado em Michel Foucault, e os conceitos por ele desenvolvidos, caracterizam-se como um campo profícuo e oportuno para tal análise. Eis o desafio, prosseguir nos caminhos tortuosos, estreitos, mas, acima de tudo, desafiadores, da produção de Michel Foucault.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse, London**, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

_____. Reforma Educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade. In: **Práxis Educativa (Brasil)**, vol. 7, n 1. p. 33-52. 2012.

_____.; BOWE, R. El currículum nacional y su “puesta en práctica”: el papel de los departamentos de materias o asignaturas. **Revista de Estudios del Currículum**, v. 1, n. 2, p. 105-131, 1998.

_____.; **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

_____. **Educação Global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: editora UEPG, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. - 8ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). **Aula 14 de Janeiro de 1976**. Martins Fontes, ed. São Paulo, 1999.

GARCIA, M, M, Identidade docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.



_____; HYPOLITO, A.; VIEIRA, J. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./ abr. 2005.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.